

Processo n.º TC – 00007218.989.21-8

Processo Principal: TC-00007201.989.20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna - (CNPJ) n.º 46.634.531/0001-37)

Responsável: Paulo Kenji Sasaki (CPF 122.549.228-90)

Assunto: Fiscalização Ordenadas – Exercício de 2021-04-23

Em Exame: Fiscalização – Ouvidoria (evento12)

Em face de notificação do Exmo. Sr. Dr. Edgard Camargo Rodrigues – Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme os apontamentos da Fiscalização realizada pela Sra. Mariana de C. Pires T. Albuquerque, venho apresentar a devida Justificativa:

Justificativa:

A Lei 11.460 de 26 de junho de 2017, dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Consultando o site da Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna o Município - Usuário dos Serviços Públicos tem a sua disposição varias ferramentas:

- Cadastro de Atualização da Secretaria de Direito da Pessoa com Deficiência
- Coleta de Lixo
- Mapa Turístico de Ibiúna
- IPTU
- ISS
- Vagas do PAT
- Ouvidoria
- Fala Direito
- Protocolo WEB
- Portal de Eventos
- Portal de Obras
- ZELL – Fala Município
- Conecta Cidadão – Acesso de todos os serviços eletrônicos
- Nota Fiscal Eletrônica
- Multas de Trânsito
- Emissão de certidão de cadastro mobiliário ISS
- Noticia de todas as Secretarias

A Ouvidoria na Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna foi criada pela Lei Complementar n.º 052 de 30 de abril de 2008.

Na Gestão de 2017/2020 a Ouvidoria Geral, além de suas atribuições, estava fazendo os serviços de "Sindicância", que seria de Corregedoria.

Após os devidos apontamentos do setor de Fiscalização Tribunal de Contas do Estado de São Paulo estaremos tomando as devidas providencias com os demais setores da administração pública para o aperfeiçoamento das ferramentas à disposição aos usuários do serviço público, como também, suas adaptações e informações.

E ainda, providenciar o mais breve possível; estudos com relação:

- * EFETIVAÇÃO DA CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO;
- * PROJETO DE LEI CRIANDO O CONSELHO DE USUÁRIO E
- * NO FINAL DE ANO O RELATORIO DE GESTÃO, conforme art. 15, da lei n.º 13.460/2017.

Cordialmente.



Paulo Kenji Sasaki

Prefeito da Estância Turística de Ibiúna